



Na foto: A secretária municipal de Políticas de Promoção da Mulher, Joyce Trindade; o prefeito do Rio, Eduardo Paes; o corregedor-geral da Justiça, des. Ricardo Rodrigues Cardozo; a secretária municipal de Assistência Social, Laura Carneiro; o presidente do TJRJ des. Henrique Figueiras; e o secretário municipal de Trabalho e Renda, Sergio Luiz Felipe

Inserção de mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho

Projeto Novos Rumos, em parceria do TJRJ com a Prefeitura do Rio, busca a independência financeira das mulheres que sofrem com a violência doméstica

Por meio do protocolo de intenções, serão oferecidas vagas de trabalho, disponibilizadas por redes privadas que se prontificaram a absorver essa mão de obra, mediante dados específicos das vítimas, como experiência profissional, aptidões e grau de escolaridade.

Apoio da Corregedoria

As equipes técnicas interdisciplinares da Corregedoria são responsáveis pelo cadastro que alimenta um banco de dados online compartilhado com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM). A desembargadora Suely Lopes Magalhaes, presidente da COEM, agradeceu o apoio do corregedor-geral da Justiça, des. Ricardo Cardozo, pela criação do banco de dados, que já conta com 59 mulheres cadastradas.

Saiba mais



Na foto: O corregedor-geral da Justiça, des. Ricardo Cardozo, com a presidente da COEM, des. Suely Magalhaes, e as juízas Adriana Barros de Mello, Luciana Fiala e Ellen de Freitas Barbosa

Corregedor estabelece medida para coibir violência patrimonial contra a pessoa idosa

Os casos de violência patrimonial vêm crescendo. Em 2020, com o isolamento social imposto pela pandemia, a situação tornou-se mais crítica

Com base na Recomendação do CNJ nº 47, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, determinou que todos os cartórios do estado devem adotar como medida de segurança a filmagem dos procedimentos de escritura feitos por pessoas com 80 anos ou mais. O Provimento CGJ nº 69/2021 busca coibir a ação ilícita de terceiros que possam importar em disposição patrimonial.

Saiba mais

TJRJ tem novos desembargadores eleitos pelo Órgão Especial

Os magistrados tomaram posse como desembargadores em solenidade no Plenário do Tribunal Pleno. Foram selecionados por critério de merecimento, os magistrados Andréa Maciel Pachá, Fábio Uchôa Pinto de Miranda Montenegro, Mafalda Lucchese e Carlos Gustavo Vianna Direito. Por antiguidade, foram promovidos Marcius da Costa Ferreira, Maria Celeste Pinto de Castro Jatahy, Renato Lima Charneau Sertã e Nadia Maria de Souza Freijanes.

Saiba mais



Na foto, o presidente do TJRJ desembargador Henrique Figueira e o corregedor desembargador Ricardo Cardozo com os oito desembargadores empossados

Oficiais de Justiça terão apoio de viatura policial para condução coercitiva de pessoas

O corregedor, considerando a importância de efetivar o cumprimento dos mandados judiciais pelos oficiais de Justiça, alterou dispositivo do Código de Normas

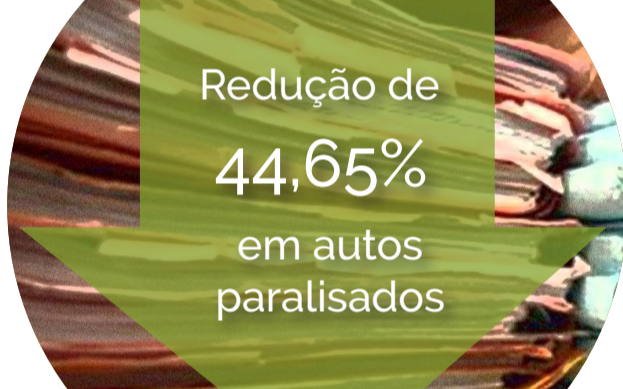
O Provimento CGJ nº 68/2021 modificou o artigo 413 do Código de Normas, que passou a determinar que os mandados de condução cumpridos pelos Oficiais de Justiça Avaliadores sejam efetivados com o apoio de força policial, devendo ser utilizada a viatura da Polícia Militar para o transporte do conduzido até o Juízo.

Saiba mais

Corregedoria ultrapassa meta com projeto de monitoramento

Os números são animadores e implicam em melhora significativa na prestação jurisdicional

Uma importante meta foi alcançada e ultrapassada: a redução de mais de 40% do total de processos paralisados em serventias de 1ª instância, além da baixa de acervo e de menor taxa de congestionamento. Os resultados são decorrentes da estruturação do sistema de monitoramento, criação de setores pela nova administração e mudança de métodos de trabalho.



"A análise macro das serventias é fundamental para implementação de soluções que tenham repercussão em maior escala", destaca o juiz auxiliar da CGJ, Luiz Eduardo de Castro Neves.



"O resultado obtido demonstra o acerto e a efetividade da metodologia de trabalho, que implica na evolução positiva dos indicadores", registra a juíza auxiliar da CGJ, Renata Guarino.

Saiba mais

Reuniões Institucionais

Homenagem à ministra Nancy Andrighi

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi foi homenageada pela EMERJ, com a inauguração de seu retrato na Galeria dos Conferencistas Eméritos da Escola. A ministra participou virtualmente. Na foto, o corregedor des. Ricardo Cardozo, a diretora-geral da EMERJ des. Cristina Gaulia, com os desembargadores Marco Aurélio Bezerra de Melo e Patrícia Serra.

Saiba mais

CÓDIGO DE NORMAS: alinhamento para início das ações

A Comissão de Estudos e Aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria – Parte Extrajudicial deu início às ações para revisar e atualizar a consolidação normativa. A Comissão tem a participação de delegatários titulares das diversas atribuições (notas, protesto, registro de títulos e documentos, RCPN, registro civil de pessoas jurídicas, registro de distribuição, interdição e tutela e registro de imóveis).

Saiba mais



Corregedor recebe o juiz Alexandre Chini, autor do livro "O Protesto de Títulos"

O juiz Alexandre Chini, é um dos autores do livro "O Protesto de Títulos e outros Documentos de Dívida – Lei n. 9.492/1997 Comentada - Doutrina e Jurisprudência?". O livro reúne comentários dos artigos da Lei, jurisprudências, referências legislativas e enunciados sobre Protesto de Títulos e outros documentos de dívida.

Saiba mais sobre a obra



DIA DO Profissional de Psicologia

27.08

Conheça o trabalho dos servidores com esta especialidade no TJRJ



Relatório Parcial de Atividades CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Indicadores de Produtividade

1º Semestre

2021

Acesse o relatório >>>



Corregedor-Geral da Justiça Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo



Acesse os Atos na íntegra no Diário da Justiça Eletrônico

Clicando neles

Provimento CGJ nº 79/2021: Cria e estabelece o regulamento para o Prêmio Selo de Boas Práticas da Corregedoria.

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 20/2021: Digitalização e virtualização dos processos físicos em trâmite em serventias elencadas.

Aviso CGJ nº 499/2021: Processos com medidas protetivas de urgência já cumpridas devem ser arquivados provisoriamente na própria serventia.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ/2VP nº 03/2021: Padronização a ser adotada pelos juízes de infância e juventude para expedição dos mandados.

Aviso CGJ nº 815/2021: Avisa sobre o procedimento a ser adotado pelos servidores em RETD que optarem pelo regime de home office.



Acesse a página da CGJ no Facebook



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

